

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**ROSILENE DOS SANTOS PEREIRA**

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR REGENTE: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

**SÃO MATEUS  
2016**

ROSILENE DOS SANTOS PEREIRA

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR REGENTE: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sônia Maria da Costa Barreto.

SÃO MATEUS  
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

P436f

PEREIRA, Rosilene dos Santos.

Formação do professor regente: desafios na educação inclusiva/Rosilene dos SantosPereira– São Mateus -ES, 2016.

64f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2016.

Orientação:Prof.<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria da Costa Barreto.

1. Educação inclusiva.2.Formação de professores.3.Práticas pedagógicas. I. Título.

CDD: 371

ROSILENE DOS SANTOS PEREIRA

FORMAÇÃO DO PROFESSOR REGENTE: DESAFIOS NA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 02 de dezembro de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientadora



---

Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

Profa. Me. Luana Frigulha Guisso  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

Prof. Dr. Keydson Quaresma Gomes  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, magnífico e surpreendente, toda honra e toda glória nesta vitória.

Ao meu esposo Marcos, que me deu força e não me permitia faltar quando sentia desanimada.

Às minhas filhas Alexia e Gabriely, razão e inspiração do meu viver, por compreenderem a minha ausência.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria da Costa Barreto, agradeço por toda orientação, aceitação, apoio, sugestões e confiança ao me aceitar como orientanda.

À Faculdade Vale do Cricaré e seu corpo docente, pelo ambiente criativo e amigável que proporciona aos estudantes.

A todos que contribuíram de uma maneira ou de outra e que fizeram parte da minha formação.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

## RESUMO

PEREIRA, R. S. **Formação do Professor Regente: Desafios na Educação Inclusiva** 2016. 64f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus, 2016.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de Professores. Práticas Pedagógicas.

Diante de fatores que auxiliam o processo ensino/aprendizagem, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar a formação do professor regente referente à Educação Inclusiva na EMEF “Profa. Ericina Macedo Pagiola” em Ibirapu-ES, a importância das práticas pedagógicas e os desafios encontrados no ambiente escolar. Com base nos pressupostos teóricos, conceitos e questionário aplicado aos professores, observamos a necessidade de uma nova visão perpassando pelos órgãos públicos, profissionais e demais pessoas envolvidas com o tema. A metodologia utilizada foi Estudo de Caso com resultados qualitativos, alicerçado na pesquisa de âmbito educacional, incluindo a de campo com o intuito de aprofundar conhecimentos sobre o tema, objeto dessa investigação.

## **ABSTRACT**

**PEREIRA, R. S. Teacher Training: Challenges in Inclusive Education.** 2016. 64f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus, 2016.

Keywords: Inclusive Education. Teacher training. Pedagogical practices.

Faced with factors that help the teaching/learning process, this research has as environment objective to analyze the teacher training regent related to Inclusive Education in EMEF "Profa. Ericina Macedo Pagiola" in Ibirapu-ES, the importance of pedagogical practices and the challenges found in the school ambient. Based on the theoretical assumptions, concepts and questionnaire applied to teachers, we observed the need for a new vision permeating public agencies, professionals and other people involved with this presente question. The methodology used was a case study with qualitative results based on the research of educational scope, including the fieldrork with the intention of deepening knowledge about the subject, object of this investigation.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE - Atendimento Especializado Educacional

APAE - Associação de Pais e Amigos Excepcionais

APEE - Auxiliar do Professor de Educação Especial

EFVM - Ferrovia Brasileira que interliga Vitória à Belo Horizonte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEA - Ato de Educação para os Indivíduos com Deficiência

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – EMEF “Professora Ericina Macedo Pagiola” .....	48
Fotografia 2 – EMEF“Professora Ericina Macedo Pagiola – lateralidade.....	48

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 ELEMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO ATUAL</b> .....	14
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	15
1.2 INCLUSÃO: REFORMAS POLÍTICA E EDUCACIONAL NECESSÁRIAS .....	12
1.3 A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	24
1.4 A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO INCLUSIVO .....	29
<b>2 CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	33
2.1 USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS COMO PRÁTICA INCLUSIVA .....	37
<b>3 METODOLOGIA, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	42
3.1 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	43
<b>4 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “PROFESSORA ERICINA MACEDO PAGIOLA” – IBIRAÇU/ES</b> .....	48
4.1 A INCLUSÃO NO COTIDIANO DA EMEF “PROFESSORA ERICINA MACEDO PAGIOLA” .....	50
4.2 CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE IBIRAÇU .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
SUGESTÕES DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58
<b>APÊNDICES</b> .....	61

## INTRODUÇÃO

Entendemos por Educação Inclusiva o processo pelo qual o indivíduo com necessidades especiais é inserido nas escolas regulares em diferentes níveis de ensino a despeito da formação do professor regente. Ao considerarmos a Educação Inclusiva e a sua prática pedagógica, reconhecemos que as ações implementadas dependem de um contexto institucional representado pelas escolas e por seus objetivos. Neste sentido, a reorganização do sistema educacional, na perspectiva inclusiva, aponta para um modelo de escola e, conseqüentemente, para um novo projeto de formação docente que requer profissionais preparados para atuarem em escolas pautadas na diversidade.

Dessa forma, é fundamental questionarmos sobre o papel da escola no Brasil e as práticas educativas relacionadas à inclusão, uma vez que na maioria das vezes as instituições escolares não estão preparadas fisicamente para essa demanda, bem como os professores não têm qualificação adequada para lidar com a diferença. De acordo com a literatura disponível e a legislação atual, há estudos e pesquisas voltadas para esse tema, e as políticas públicas, embora lentas, já se movimentam para preencher essa lacuna tão necessária.

Historicamente, a partir do século IV, com a chegada do cristianismo, aconteceram algumas mudanças em relação aos portadores de necessidades especiais, vistos com descaso, incapazes de qualquer ação, marginalizados, abandonados e até mortos por aqueles que não acreditavam haver qualquer potencial por parte destes indivíduos. Houve uma época, a fase da segregação institucional, em que esses indivíduos eram separados do seio familiar e acolhidos por igrejas e/ou instituições beneficentes para atendimento especial, pois era evidente a exclusão da família e da sociedade.

Até o século XIX, as famílias dos portadores de necessidades especiais não sabiam lidar com eles, mantendo-os isolados em casa, sem preocupar-se com o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo. Tamanho preconceito pairava sobre eles e ainda persiste nos dias atuais.

No Brasil, a regulamentação para os portadores de necessidades especiais aconteceu tardiamente. Em 2008, o Ministério de Educação, por meio do documento denominado “Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) mostrou claramente a sua preocupação em oferecer

orientação para o funcionamento da Educação Especial nos sistemas educacionais brasileiros tendo como base a “educação para a diversidade”. Embora tenha havido determinado progresso, ainda há de se considerar a presença do preconceito, considerando que a interação entre a sociedade civil, familiar e escolar é urgente e necessária. No decorrer dos anos, os termos em relação à Educação Inclusiva foram mudando. Usou-se o termo “Educação Especial”, a seguir “Educação Inclusiva”. Em relação ao aluno: “aluno especial” e após, “aluno com necessidades especiais”. A partir da legislação, se fez presente a intenção do desafio para as instituições escolares desenvolverem uma pedagogia adequada para o ensino de todos os indivíduos sem extinção de raça, cor ou etnia. Contudo, se faz necessário o apoio de todos para cumprir as obrigações enquanto escola e buscar por meio de reflexões e ações, a inclusão. É preciso vivenciar as diferenças para que possamos vencer as dificuldades presentes e os desafios futuros.

Dada a nossa preocupação com o assunto em tela, apresentamos como problema: Qual a formação do professor e as práticas pedagógicas utilizadas para superar os desafios encontrados ao trabalhar com a Educação Inclusiva na Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF “Professora Ericina Macedo Pagiola”.

Registramos certa apreensão e temor, no que diz respeito a "inclusão escolar", hoje amparada por diretrizes internacionais que vem se constituindo como prioritária na legislação brasileira a partir da década de 1990 com base nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994)<sup>1</sup>. A legislação nacional parte do pressuposto que a Educação Inclusiva se caracteriza como uma ampliação de acesso à educação dos grupos historicamente excluídos em função da sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência.

Com base no exposto, esse trabalho vem apresentar, o conceito de educação, a importância da escola, as condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros suficientes), a formação dos professores e a conscientização da sociedade para acolher e promover sustentação democrática de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem. O que se defende é uma proposta de educação que acolha e envolva o aluno com necessidades especiais por meio de mudanças, desde a

---

<sup>1</sup>Declaração de Salamanca é um documento das Nações Unidas que reafirma que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional.

infraestrutura da escola à formação do corpo docente e pedagógico, pois faz parte de sua função promover a educação, respeitar as limitações dos alunos e valorizar as suas competências.

Por ser a educação um processo contínuo e o homem um ser pensante, aberto às mudanças e às adaptações que o mundo oferece, urge a necessidade de professores qualificados para associar teoria e prática no desenvolvimento de atividades interativas. Com o Objetivo Geral pretendemos: Pesquisar se a formação e qualificação do professor é compatível e suficiente para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem em classes que recebem alunos com necessidades especiais. E como Objetivos Específicos: Caracterizar e conceituar Educação Inclusiva na visão dos professores entrevistados; refletir sobre os desafios da educação inclusiva em relação à formação do professor e a sua prática pedagógica. Toda instituição que pratica a inclusão escolar está disposta a refletir, questionar, construir e reconstruir sua prática educacional. Para tanto, as atividades cooperativas, as rotinas diárias com participação e envolvimento de todos diante dos desafios, romper paradigmas e dar espaço às mudanças, são algumas estratégias devem ser prioridades da escola.

Assim, organizamos a pesquisa em quatro capítulos: o primeiro, de caráter introdutório, apresenta o problema de pesquisa bem como a justificativa e os objetivos a serem alcançados ao longo do processo investigativo; o segundo capítulo apresenta o embasamento e fundamentação teórica que permite o desenrolar da pesquisa. Trata de alguns elementos relevantes acerca da educação inclusiva e da formação de professores no contexto atual; o terceiro capítulo aborda elementos teórico-metodológicos da proposta de pesquisa, bem como, os sujeitos, a análise dos dados e a apresentação dos resultados após a investigação; o quarto capítulo segue apresentando os aspectos metodológicos, procedimentos para obtenção dos dados da pesquisa e resultados. Para a finalização da pesquisa, seguem posteriormente, as Considerações Finais, Referências e Anexos.

## **1 ELEMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO ATUAL**

Com antecedentes de estudos sobre a problemática apresentada, a Suécia (1968) já se deparava com crianças com necessidades especiais na escola. Em 1975, os Estados Unidos da América organizam documentos que davam amparo a essa clientela face à Lei Pública 94.142/1975 buscando sempre inovar com a criação de projetos e programas para uma educação eficaz. Essa Lei foi a primeira a defender os direitos dos portadores de deficiência com os seguintes objetivos:

1. Garantir que os serviços de Educação Especial sejam colocados à disposição das crianças que dele necessitem.
2. Assegurar que as decisões sobre o fornecimento de serviços a crianças deficientes sejam tomadas de maneira justa e adequada.
3. Estabelecer uma administração transparente e procedimentos e requisitos de auditoria para a educação especial em todos os níveis do governo.
4. Providenciar fundos federais para auxiliar os estados a educarem os alunos deficientes".

Em 1991, as propostas da referida lei foram ampliadas com o surgimento do IDEA (Ato de Educação para os Indivíduos com Deficiência). As crianças americanas com necessidade especial tinham o direito de frequentar as escolas regulares, porém, somente as que conseguiam se adaptar sem a necessidade de mudanças no que já estava proposto eram incluídas. Foi nesta época que surgiu o termo “necessidades educacionais especiais”, onde passou a ser adotado em 1994 na “Declaração de Salamanca” (UNESCO, 1994), como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada no período de 7 a 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca. A referida declaração trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central da Declaração de Salamanca.

Outros compromissos internacionais foram surgindo com o mesmo objetivo: o Fórum Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), as Normas

sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (1993), a Declaração de Salamanca (1994), a Carta do Luxemburgo (1996), o Enquadramento da Ação de Dakar (2000) e a Declaração de Madrid (2002), que preconizam a “educação para todos” – “educação inclusiva”. Esses compromissos elencados não assumem sozinhos às necessárias práticas a essa demanda. A Educação Inclusiva não se fará se não forem introduzidos na sala estratégias e/ou recursos diferentes e mais adequados dos utilizados na maioria das escolas.

Após a década de 1970, a inclusão começou a ser vista de maneira diferente e inovadora com a proposta de responsabilizar o sistema educacional de apresentar condições para gerar uma educação de qualidade aberta às mudanças para que possam atender as necessidades educacionais especiais dos alunos.

Reportando a Zimmermann e Strieder (2010) a educação inclusiva deseja compreender e aceitar o outro na sua singularidade. Implica mudança de perspectiva educacional e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas. A Educação Inclusiva traz a ideia de “igualdade” entre os seres humanos, sendo que cada um tem sua personalidade e as suas “diferenças” e que devem ser respeitadas.

Agimos de acordo com o ambiente e cada situação, sendo que, cada um age, na mesma situação, de maneira diferente, ou seja, ninguém é igual a ninguém.

Para confirmar esse conceito, nos ancoramos em Ferreira (2005, p. 44):

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Para tanto, o ambiente escolar deve ser agradável e deve ainda propiciar à criança o desenvolvimento de suas habilidades da forma mais natural possível, de forma que está se sinta importante no processo educacional e no meio social. Como qualquer tipo de educação, ela se dá através da igualdade, da socialização, do respeito, das descobertas e do aprendizado coletivo. Nessa perspectiva, observamos que a função do professor no contexto escolar é muito importante, pois ele é o elemento mediador das interações entre os alunos e socializador de conhecimentos.



## 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os movimentos contra a marginalização das minorias começaram a se consolidar no Brasil no início da década de 1980, tendo como premissa básica oferecer melhores condições de vida aos ditos “especiais”, proporcionando às pessoas com deficiências maiores condições de adaptação social, superando, pelo menos em parte, suas dificuldades e possibilitando sua integração e participação mais ativa na vida social.

O termo “políticas” é amplo e complexo, pois nos traz reflexões sobre o seu importante papel na educação inclusiva. Para entender melhor Ball e Mainardes (2011, p.13), explicam que:

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. Na prática as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexecutáveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequada (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais.

Assim, ressaltamos que a política criada para atender a comunidade educacional deve levar em conta os desafios que possivelmente enfrentarão na criação do projeto político, aperfeiçoando-o no decorrer da sua prática. É preciso acontecer de forma a assegurar os direitos de todos a uma educação igualitária e construtiva. Porém, a educação apresenta dificuldades na formação dos professores, o que reflete na formação dos alunos, na família e na sociedade, pois para cumprir o que exige a inclusão é necessário inserções e mudanças para que a mesma aconteça de fato e com qualidade.

Dessa forma, Lacerda (2007, p.61) afirma que:

[...] o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas

insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional levam a questionar a própria ideia de inclusão como política que simplesmente, insira alunos nos contextos escolares existentes.

Lacerda (2007), ora citado, ainda considera a educação inclusiva uma utopia, pois antes de concretizá-la é necessário rever algumas situações que não são apropriadas para receber um aluno especial. Além disso, há a questão do preconceito dos alunos “normais”, que precisa ser trabalhado no dia a dia da comunidade escolar com projetos, palestras, trabalhos sociais, dentre outros. E, para tanto, é necessário que as mudanças aconteçam a partir das propostas educacionais de forma ampla, com trabalho em equipe, para então construir e aplicar projetos escolares inclusivos, dinâmicos e sem limites às mudanças necessárias. Políticas Públicas e Educação devem caminhar na mesma direção, pois é preciso que ambas sejam flexíveis para reformulações, visando sempre o processo de ensino/aprendizagem focando nas necessidades e potencialidades dos alunos, de forma coletiva e diversificada.

Além disso, o problema maior é incluir o aluno especial na sala regular, onde são matriculados alunos “ditos normais”, e não, direcioná-lo à última carteira e sentar ao lado dele um (a) cuidador (a) ou um (a) APEE (Auxiliar do Professor de Educação Especial) executando atividades diferentes daquelas que os demais alunos estão realizando. Isso não quer dizer que o aluno portador de necessidade especial sempre irá acompanhar os outros alunos (a sua deficiência pode não permitir) e realizar as mesmas atividades. O importante é desenvolver ações relacionadas às disciplinas trabalhadas no momento e que estejam ao seu alcance. Dessa forma, o aluno poderá se sentir confuso e inferior aos outros, pois percebe que está incluído na sala, mas não faz parte da turma. A sua participação não é direta, isso significa que as políticas públicas não estão cumprindo com o seu papel integralmente, uma vez que a ideia de inclusão é reconhecer o outro na sua singularidade sem preconceito, é agir e interagir coletivamente nas atividades propostas em sala de aula garantindo o aprendizado de todos, é permitir oportunidades escolares, sociais e familiares aos portadores de necessidades especiais.

Para oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos e também para os portadores de necessidades especiais, a escola, em parceria com os órgãos

públicos, precisa capacitar seu corpo docente, além de adaptar-se para receber essa demanda. Também é preciso que a legislação seja cumprida.

No Brasil, a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no seu Art. 59 assegura a inclusão escolar da seguinte forma:

Art. 59 – os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais;

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 9.394/96).

A Educação Inclusiva, assegurada pela LDB ainda está aquém e remete a necessidade de construir alternativas que avancem em direção à: qualidade do ensino, melhores estruturas físicas, formação de equipes pedagógicas, metodologias adequadas, currículo que contemple as realidades específicas de cada contexto escolar.

Confirmada por Mantoan (2006, p. 23):

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

Dessa forma, há uma grande preocupação do corpo docente, pois a inclusão existe e as mudanças e as políticas públicas não são suficientemente

competentes para assegurar a qualificação desses profissionais que lidam diretamente com a inclusão. É direito do aluno com necessidade especial frequentar uma escola regular com professores qualificados e recursos didáticos que garantam o seu desempenho escolar. Assim a Resolução 4 de julho de 2010 no seu Artigo 41 determina:

O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento (MEC, 2010).

A criança com necessidades especiais tem o direito de frequentar a escola, porém o acesso a ela não deve ser a revelia, é preciso um olhar “diferente”, pois ela precisa sentir que faz parte desse espaço. Contudo, inclusão não significa apenas incluir, é preciso planejamento, organização, mudanças, trabalho coletivo e comprometimento de todos os envolvidos. Pensar em uma educação especial de forma integrada é uma ação positiva. Inserir a criança na escola comum de forma que todos se responsabilizam por ela (família, escola, sociedade), promovendo condições e ações (tecnologias, suporte pedagógico, currículo adaptado, plano de ensino especializado, estrutura física) que possibilitem e facilitem a sua vida escolar e que sejam supridas as necessidades especiais educacionais desses alunos.

A LDB reconhece a Educação Especial como uma modalidade de ensino. Com isso surge um grande problema: A maioria das escolas regulares ainda não está preparada para efetivar esse tipo de educação. Permanece a questão de que são excludentes e elitistas e o desafio é torná-las inclusivas. Para tanto, é necessário entender que a inclusão não é efetivada somente por leis, mas também por processos que estimulam ações, intenções e acima de tudo compromisso que favoreçam a integração e participação dos alunos com necessidades especiais.

A LDB em seu capítulo V art. 58 perpassa todos os níveis de ensino desde a Educação Infantil ao Ensino Superior:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta

Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

E o Artigo 59 inciso I determina que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

Portanto, oferecer educação especial é dever do Estado em todos os níveis de ensino com respeitando a singularidade e a capacidade de cada um. Segundo a LDB, o atendimento às crianças especiais assegura a preparação de recursos pedagógicos para tornar a participação dos alunos considerando suas necessidades específicas face à responsabilidade da escola.

## 1.2 INCLUSÃO: REFORMAS POLÍTICA E EDUCACIONAL NECESSÁRIAS

O termo “política” visa o bem comum do indivíduo com o objetivo de atender as demandas da sociedade. A partir dessa prerrogativa, devemos nos atentar para a realidade educacional brasileira que sofre com a falta de comprometimento dos órgãos públicos que deveriam no que diz respeito ao desenvolvimento pleno do indivíduo como: sua formação física, intelectual, emocional e social. Todo cidadão que passa por todas as etapas da educação tem mais probabilidade de ter uma vida social mais acessível e confortável, porém, não faz muita diferença ter acesso à educação se a mesma não for de qualidade. É indispensável que o prepare para o meio social e para o mercado de trabalho. As instituições escolares devem cobrar das políticas governamentais suas obrigações para que as mudanças possam realmente acontecer. Vale lembrar que investir na educação é investir na melhoria do país, pois onde há educação, o conhecimento circula, há desenvolvimento, menos desemprego e conseqüentemente, melhor qualidade de vida. Diante de uma escola renovada o indivíduo aprende a aprender e está sempre em busca de novos conhecimentos, ou seja, incorpora os pilares da educação: aprender a saber, a fazer, a ser e a conviver, o que vale

para todos.

E, de acordo com Brasil (2006, p. 29):

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida.

Quando se fala em inclusão é porque existe alguém excluído. Portanto, é papel da escola proporcionar a integração no ambiente escolar, para que a sociedade se espelhe em sua ação. Quanto ao professor, o ideal é que seja especialista no assunto para garantir, mesmo que em parte, o aprendizado do aluno.

Ao confirmar tais responsabilidades, Sasaki (2002, p. 117): confirma que

[...] deverá haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, das autoridades educacionais, dos profissionais da educação especial e/ou de reabilitação, dos líderes do movimento dos portadores de deficiência e representantes da comunidade.

Diante dessa perspectiva, é importante a participação e o envolvimento de todos para evitar que os alunos especiais sintam-se “diferentes” dos demais. Rodrigues assim complementa a ênfase na sala de aula:

Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos (RODRIGUES, 2006, p.305-306).

Com referência às práticas educacionais, elas devem ser flexíveis, ou seja, adaptadas de acordo com as necessidades de cada aluno com seleção de material didático que irá possibilitar o processo ensino/aprendizagem e atender de maneira satisfatória as necessidades do educando. E para entender a inclusão, que é um tanto complexa, é preciso entender o que se quer incluir. É a deficiência

da criança ou as habilidades e capacidade do aluno especial? Para esse primeiro questionamento é mais fácil para os órgãos públicos e/ou instituições escolares incluir, pois precisam apenas de adaptar o local com rampas, cadeiras de rodas, elevadores, banheiros e outras providências, de acordo com o que regulamenta as Leis 10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de dezembro de 2000 em favor da inclusão social. Porém, com relação à capacidade cognitiva e de socialização dessa clientela, a responsabilidade é de todos.

A Lei 10.048 de 08 de novembro de 2000 foi aprovada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (01/1/1995 a 31/12/2002) e se refere as pessoas com necessidades especiais. Vejamos o que determina os Artigos 1º e 2º:

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta lei.

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

À guisa de complementação:

A Lei 10.098 de dezembro de 2000, também aprovada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, assegura em seu Art. 18:

Art. 18. O poder público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

De acordo com a Lei supracitada, investir nos profissionais da educação faz a diferença, pois os resultados, na prática, serão mais eficazes e o trabalho desenvolvido poderá ser feito de maneira direta no que diz respeito às deficiências dos alunos. E ainda no seu Art. 24:

Art. 24. O poder público promoverá campanhas informativas e

educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

As campanhas têm um grande valor em relação às informações, pois alcançam elevado percentual de pessoas na sociedade possibilitando retorno mais rápido e abundante. Por esse motivo é importante realizá-las a fim de conscientizar a sociedade para os direitos do cidadão com necessidades especiais e fazer valer os mesmos. Não basta apenas o cumprimento da legislação, a inclusão também é confiar no aluno e dar-lhe oportunidades de desenvolver suas potencialidades e habilidades manifestadas.

Ainda nesta concepção, vale citar a Doutora Temple Grandin (PHD em Ciência Animal e Professora da Universidade de Colorado/USA). Diagnosticada como autista aos dois anos de idade, seria encaminhada para uma instituição por não existir cura. O sucesso de sua carreira deu-se graças a um professor que a olhou de maneira “diferente” e trabalhou, focando a sua diferença. Ambos aprenderam juntos. Alguém acreditou em seu potencial e apostou em sua determinação. Isso pode acontecer pelas oportunidades que a escola e a família podem oferecer.

Portanto, a Educação Inclusiva é ampla e para atendê-la requer compromisso, planejamento e dedicação.

Assim complementa Ferreira (2006, p. 6):

O processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercício de caderno ou livro, etc.) para uma pedagogia inclusiva, pouco a pouco transforma o docente em pesquisador de sua prática pedagógica, pois a nova dinâmica de ensino faz com que adquira habilidades para refletir sobre a sua docência e aperfeiçoá-la continuamente. O docente aprende a conhecer o valor e a importância do trabalho colaborativo e da troca de experiência com seus colegas professores, os quais podem contribuir de forma sistemática sobre novas formas de ensinar, de lidar com velhos problemas e de se desenvolver profissionalmente.

É nesse paradigma que deve seguir as escolas regulares inclusivas para obterem resultados significativos em relação ao desenvolvimento dos educandos, através da prática pedagógica e mudanças rotineiras. Novos métodos e práticas de ensino favorecem o processo ensino/aprendizagem, buscando também a



adaptação dessas crianças na escola, além de auxiliar na superação das dificuldades do cotidiano, inclusive os recursos digitais básicos e/ou elementares disponíveis.

Para atender os alunos com necessidades especiais, é importante o atendimento nas salas de recursos, porém é necessário estipular um horário para que o mesmo não fique muito tempo fora da sala de aula comum, pois o contato com os outros alunos é importante para desenvolver a socialização e a afetividade. Com a ressignificação da educação especial, passou a ser obrigatória a escolarização de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas comuns. A equipe multidisciplinar composta por fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional trabalha com o mesmo objetivo: analisar as necessidades específicas da criança para trabalhar em busca da sua formação, de acordo com as políticas públicas, em parceria com a família e de toda a comunidade escolar.

### 1.3 A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os cursos de Pedagogia, em alguns aspectos, estão fora do contexto real da prática educacional, uma vez que a teoria é mais ampla do que a prática e os estágios não são plenamente suficientes para preparar o profissional para lidar com situações adversas. A formação continuada é um importante apoio no que diz respeito à formação do aluno.

Assim, Correia (2008) destaca:

[...] os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos (CORREIA, 2008, p. 28).

Oferecer aos alunos o acesso à escola não é suficiente, é imprescindível atender as suas necessidades e anseios. Investir no professor faz parte desse processo. Face à essas considerações entendemos que o professor não está devidamente preparado receber alunos especiais, é necessário receber formação adequada para assim exercer com segurança a sua prática.

A formação continuada é um direito de todo professor e deve ser planteada e desenvolvida de maneira articulada em consonância com as necessidades e particularidades dos alunos, inclusive, como requisito fundamental para uma prática pedagógica eficaz. Pensar em formação é pensar em enfrentar desafios nesse processo. A formação não pode ser rígida, monolítica e desenvolvida por 'decreto', pois, o problema da escola "x" pode não ser o problema da escola "y". Deve partir da realidade educacional de cada escola. A atuação do professor exige constante reflexão da sua prática pedagógica, abrindo espaço para mudanças

É importante também que a instituição escolar esteja preparada para as mudanças e os desafios decorrentes desse processo.

Segundo afirmam Ramalho e Beltrán Núñez (2011, p. 73) formação continuada

[...] é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores. [...] é o tipo de atividade que o professor se apropria da cultura profissional e modifica [...] elementos chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional.

A formação continuada contribui para a prática do educador e para as suas ações/reflexões. Para trabalhar a inclusão é preciso segurança nas abordagens a fim de obter melhores resultados das suas ações. Também é preciso aceitar, compreender, observar, atualizar-se e vencer os obstáculos que possam surgir no cotidiano escolar e receber a criança de forma acolhedora. Avaliar o aluno é também avaliar o próprio trabalho e refletir sobre os seus atos, metodologia e recursos aplicados. Além da formação continuada oferecida pelos órgãos públicos, existem outros cursos privados ofertados aos professores, tais como: Curso de capacitação para Professores, cursos de pós-graduação, cursos de especialização, e cursos preparatórios de inclusão. As faculdades do Brasil ofertam esse tipo de curso para aqueles que desejam capacitar-se melhor. Também existem sites que disponibilizam cursos on-line e gratuitos como por exemplo [www.portaltrilhas.org.br](http://www.portaltrilhas.org.br), com o objetivo de apoiar o trabalho dos professores nas áreas de leitura e escrita.

O currículo das escolas precisa ser adaptado para atender as diferenças, que por

sua vez deve estar alinhado conforme definição de Ramsey (1987) quando esclarece sobre o currículo baseado nas diferenças:

1. Ajudar as crianças a desenvolver identidades positivas de gênero, raciais, culturais, de classe e individuais e reconhecer e aceitar sua participação como membro de muitos grupos diferentes.
2. Capacitar as crianças a se enxergarem como parte da sociedade mais ampla; identificar-se, empatizar-se e relacionar-se com indivíduos de outros grupos.
3. Estimular o respeito e a apreciação pelas diversas maneiras em que as outras pessoas vivem.
4. Encorajar, nos primeiros relacionamentos sociais das crianças pequenas, uma abertura e um interesse nos outros, uma disposição para incluir os outros e um desejo de cooperar.
5. Promover o desenvolvimento de uma consciência realista da sociedade contemporânea, um sentido de responsabilidade social e um interesse ativo que se estenda além da família ou do grupo da própria pessoa.
6. Capacitar as crianças para se tornarem analistas e ativistas autônomas e críticas em seus ambientes sociais.
7. Apoiar o desenvolvimento de habilidades educacionais e sociais necessárias para as crianças se tornarem participantes plenas da sociedade mais ampla, de maneira adequada aos estilos, orientações culturais e origem lingüística individuais
8. Promover relacionamentos recíprocos entre escolas e famílias (Ramsey, 1987, p. 3-5).

Um currículo baseado nas atitudes de Ramsey (1987) proporciona aos educandos um ambiente saudável e acolhedor possibilitando a solidariedade entre os mesmos e um desempenho positivo no processo ensino/aprendizagem.

Quando não se tem conhecimento acerca da inclusão e o professor se depara com o aluno especial surgem várias questões: o que fazer? Como agir? Quais estratégias de ensino que devo utilizar? Será que obterei êxito? E o aluno? Os colegas, como reagirão? Face aos questionamentos percebemos o quanto é importante à formação continuada. A formação inicial que os futuros professores recebem, em muitos casos, é uma simples ideologia que os fazem pensar em alunos ideais e uma prática escolar sem atropelos. Porém, quando se deparam com uma realidade diferente daquela o qual não estão acostumados e enfrentar situações que fogem da rotina, o caminho é compreender que as crianças têm características específicas e procurar conhecer cada uma delas. Ao pensar nas questões dessa natureza, é preciso refletir na viabilidade da escola incluir esses alunos dentro das suas regras de convivência. Aos professores cabe fazer a

diferença e aprender a lidar com essas situações para conseguir acompanhar o desenvolvimento dos alunos e certificar-se de que eles estejam evoluindo em todos os seus aspectos de acordo com o ritmo de cada um deles.

Quando o professor tem um ou mais alunos com necessidade especial torna-se mais difícil, pois o mesmo precisa de atenção diferenciada em meio às suas dificuldades e que exige do professor habilidades, formação e diálogo com a turma para lidar com a situação sem prejudicar o desenvolvimento dos mesmos.

Segundo Prioste, Raiça e Machado (2006, p. 73):

É comum ouvir o professor dizer principalmente no ensino fundamental que não foi preparado para lecionar para pessoas com deficiência mental. O profissional compromissado deverá preocupar-se em fazer com que os alunos se apropriem de ensinamentos, orientando-os a lidar com a vida, de forma a superarem as dificuldades que possam surgir. Não podemos esquecer que educar é muito mais que alfabetizar.

Diante desta colocação, entende-se que é necessário preparar e apoiar os professores, pois os mesmos estão se sentindo um tanto desamparados para exercer sua função diante de tamanha responsabilidade. Embora não tenhamos políticas fortes e comprometidas, o Ministério de Educação e Cultura, desde 2005, já afirmava:

É imprescindível, portanto, investir na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A partir dessa, seria possível a abertura de espaços de reflexão, e escrita sistemática entre grupos interdisciplinares, dispostos a acompanhar, sustentar e interagir com o corpo docente (MEC/SEESP, 2005, p. 22).

As formações oferecidas aos professores devem visar às necessidades institucionais construindo que favoreçam o desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social do aluno.

No que diz respeito à formação continuada, o nome já diz, precisa ser contínua para apresentar resultados. É uma espécie de ajuda para o professor reinventar a sua prática pedagógica. É o que acontece quando bem planejada, visando o aluno como principal sujeito deste processo. Ela deve suprir o que não foi visto na formação inicial. Muitas vezes, o despreparo da equipe educacional acaba

tornando a inclusão em exclusão. Matricula a criança somente para cumprir com uma obrigação sem estruturas adequadas a (física ao corpo docente) para receber e “incluir” o aluno.

A verdade é que cada vez mais as escolas recebem mais alunos com necessidade especial e confundem o “ensinar” com “cuidar”. Pensam que locomovê-lo de um lado ao outro, alimentá-lo e inseri-lo dentro de uma sala de aula estão realizando a inclusão. De forma alguma, o que acontece é que ao invés de visar as suas habilidades e potencialidades de acordo com suas limitações, visam a sua deficiência e acabam por desacreditar no potencial do aluno, sendo visto como o “coitadinho”. As formações precisam ter caminhos diferentes e serem repensadas, pois não atendem os professores de forma satisfatória, o que os deixa inseguros e sozinhos na difícil tarefa de educar.

Nessa perspectiva, Mantoan (2006, p. 54-55) argumenta:

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional.

O professor tem se deparado com alguns limites e, por vezes, encontra-se inseguro diante do processo inclusivo, pois esse ato requer conhecimento e desenvolvimento de habilidades específicas, o que, em sua formação, o professor não adquiriu de forma adequada. É possível, ainda, que haja alguma espécie de preconceito do próprio professor em relação ao aluno especial. Acaba deixando transparecer para a turma o seu sentimento em relação à criança, deixando-o de lado, sem atividades, sem compromisso de desenvolver atividades, dificultando o seu trabalho e principalmente no tocante ao aluno.

Nesse sentido o professor, de acordo com Zóia (2006. P. 23), deve:

[...] se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças. (ZOÍÁ, 2006, p. 23)

O professor deve estimular os alunos a vencer barreiras e dificuldades em relação a sua interação com os colegas, principalmente no quesito afetivo. O papel do professor vai além da construção de conhecimentos, mas para tanto precisa ser e sentir-se preparado. Portanto, é imprescindível investir nos profissionais da educação, pois é por meio deles que a sociedade se tornará mais comprometida. A relação entre professor e aluno é essencial para o desenvolvimento escolar, onde essa relação humana atenda às diferenças individuais. É nessa relação que há um envolvimento maior entre os mesmos nas atividades com dedicação e compromisso. São os professores que identificam as dificuldades dos alunos, por isso a afetividade ajuda muito neste processo de descobertas. Seu papel – ensinar e aprender, também é proporcionar uma boa interação entre professores e alunos no ambiente escolar.

#### 1.4 A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO INCLUSIVO

Por meio da afetividade, o professor colabora com o aluno no que diz respeito à construção de ideias, na socialização e no seu desempenho escolar. A criança precisa sentir-se acolhida e valorizada diante das diferenças, seja ela, física, mental ou emocional. Para isso, o ambiente deve ser acolhedor, com profissionais conscientes de sua prática pedagógica. As ações do professor devem favorecer a interação entre os alunos, sem exclusão, conduzindo com confiança o processo ensino/aprendizagem.

Trabalhar com afeição é uma maneira subjetiva de conquistar o aluno e que permite ser “diferente” em sua prática pedagógica. As salas de aulas não são homogêneas e as “diferenças” emergem, cabendo o professor moderar as situações de forma justa. Ser criativo e programar-se de forma a atender às peculiaridades de alunos e/ou turmas, é mister do professor. Numa visão simplista, podemos comparar a visão do professor à visão de uma águia, aquela que vê mais amplo do que se passa ao seu redor.

Como afirma Aquino (1998, p. 63-64):

A heterogeneidade característica presente em qualquer grupo humano, passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visões de mundo, confrontos, ajuda mútua e consequente ampliação das capacidades individuais. Aquino (1998, p. 63-64).

Torna-se importante encorajar o aluno diante às suas dificuldades, pois ao superá-las construirá as suas próprias hipóteses, possibilitando soluções. É fazer de cada aluno o descobridor de suas potencialidades permitindo assim uma aproximação maior favorecendo o diálogo, o crescimento intelectual, pessoal e social. Ser professor é mais que estar dentro de uma sala de aula “ensinando” conteúdos –é dedicar-se ao seu semelhante e aplaudir o seu sucesso. Mostrar que mesmo nas “diferenças” existem “igualdades” entre as pessoas.

Assim complementa Santos-Lima (2008, p. 74):

Compreender como se processa o desenvolvimento humano, requer o entendimento da situação social do indivíduo, a dinâmica da formação da criança, o papel do outro enquanto mediador do processo, o papel das condições externas sociais e culturais e o conteúdo interno psicológico da criança. A investigação deve dar conta de estabelecer as manifestações específicas de desenvolvimento para cada sujeito.

Contudo, a afetividade é indispensável no que se diz respeito às relações entre os seres humanos, é um elo que liga a vontade de ensinar com a vontade de aprender, ou seja, perpassa os livros e as anotações, é uma maneira de encorajar o aluno em suas descobertas e anseios. O crescimento pessoal e interpessoal se dá por meio de boa relação e boa convivência. Considerando a sala de aula um ambiente onde há trocas de experiências que favorecem o “crescimento” e a valorização do ser humano, também é lugar de se estabelecer normas e regras para que se alcance uma prática pedagógica significativa respeitando o tempo e o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

A carência da afetividade pode prejudicar o processo ensino/aprendizagem, pois os problemas emocionais também devem ser trabalhados na escola em parceria

com a família. Na maioria das vezes o aluno apresenta na escola, características comportamentais e de aprendizagem diferentes do ambiente familiar. Tanto a escola quanto a família devem estar atentos a essas mudanças, pois nessa fase a criança está desenvolvendo a sua personalidade. A afetividade e o trabalho em conjunto tendem favorecer o desenvolvimento positivo em relação à criança.

Galvão (1995, p.122), assim define afetividade:

Afetividade é um dos principais elementos do desenvolvimento humano. As emoções têm papel fundamental no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o ser humano exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral, são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino. A escola infelizmente insiste em imobilizar a criança numa carteira, limitando justamente a fluidez das emoções e do pensamento, tão necessária para o desenvolvimento completo da pessoa. Um aspecto favorável para se trabalhar a afetividade é desenvolvê-la em grupos pequenos, pois quanto menor o grupo, o professor terá mais tempo para trabalhar individualmente com a criança. O comportamento do professor é que vai conduzir positivamente ou negativamente o desenvolvimento do seu aluno, construir conhecimentos que possibilitarão o aprendizado entre as partes. É através das emoções que o indivíduo expressa seus desejos e para isso devem ser bastante estimuladas e trabalhadas.

Essa relação professor/aluno deve ser flexível e verdadeira, de maneira a adequar-se ao aluno e as situações que surgirão no dia a dia. Aceitar o aluno com necessidade especial é o primeiro passo para possibilitar o desempenho positivo na prática pedagógica. Ao iniciar o seu processo de escolarização, a criança se depara com mudanças e transformações que irão ser processadas e para serem positivas é preciso manter uma relação de amizade, afeto, diálogo, cooperação e respeito.

Neste aspecto, o professor precisa encorajar o aluno portador de necessidade especial para que o mesmo possa construir opiniões próprias e vencer desafios que surgirão no decorrer desse processo. Baseando-se nesta interação saudável, buscando uma relação ligada ao compromisso, a atitudes espontâneas é que acontecerá a troca de ideias que possibilitará a desenvolvimento da aprendizagem.

Assim explica Morais (2002, p. 188):



Esta conversa (...) é de suma já que, permite que se estabeleça, entre o professor e o aluno, um clima aberto e sincero, no qual a criança se sente apoiada e tranqüila sobre as possíveis reações frente às suas dificuldades. Os estímulos são imprescindíveis, pois funcionarão como massageadores da autoestima, que progressivamente levará o aluno a acreditar em si mesmo e na sua capacidade para superar as dificuldades MORAES (2002, p. 188).

Para que tenha resultados positivos no desenvolvimento do aluno é necessário levar em conta o tempo, o espaço, a fluidez na comunicação, as práticas culturais, a fantasia e a experimentação, confirmadas por Lima in Drouet (1995, p. 63):

Tempo: respeitando o ritmo de cada criança; (essencial ao seu desenvolvimento);  
Espaço: a diversidade de espaços permite possibilidades de socialização e de formação humana;  
Comunicação: é através desta que a criança constrói significados, desenvolve o pensamento, elabora ideias; Práticas culturais: essas práticas tem valor reconhecido socialmente promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem; Imaginação e fantasia: esta é utilizada para resolver conflitos, superar desafios e elaborar novas ações, sendo a condutora do desenvolvimento da cultura e do desenvolvimento humano; Curiosidade e experimentação: possibilitam o desenvolvimento das funções psicológicas, como percepção e atenção.

Portanto, é necessário considerar todas as fases da criança sem fragmentá-las e estimulá-la na resolução de problemas para a sua vida prática permitindo situações que estimularão o seu desenvolvimento integral no contexto escolar

## **2 CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Ao Professor é exigida grande versatilidade dado que se lhe pede que aja com autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção em condições diferentes. Para expandir tal competência criativa e complexa não basta uma formação acadêmica, também é necessária formação profissional específica.

Diante dessa colocação, Almeida e Martins (2009, p.17), argumentam:

Acreditamos que as boas práticas pedagógicas sejam apropriadas a todos os alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais. (...) em alguns momentos e contextos, esses alunos podem precisar de flexibilizações mais significativas ou de atendimentos mais específicos. Um currículo, que tenha como princípio a diferença deverá considerar todas essas situações e vivências.

Para tanto, todos os profissionais devem ter conhecimento sobre qual deficiência o aluno possui para, então, iniciar o trabalho conjunto com olhar na heterogeneidade da turma e disposição para a flexibilização do currículo e uso de materiais adaptáveis e estimuladores à aprendizagem, dentre outras possibilidades. Existem escolas que tem materiais para trabalhar com crianças especiais, mas, por não entendê-los, os professores não os utilizam, esperam ser capacitados para isto, porém não há necessidade desta relevância, pois o interesse deve partir do próprio profissional, sendo que a maioria dos materiais vem com dicas e instruções de como manuseá-los.

A área de esporte, por exemplo, favorece muito no desenvolvimento do educando, pois permite um aumento da expectativa de realizações pessoais e amplia o repertório de atitudes sociáveis, agregando valores como disciplina e respeito. O trabalho com as famílias dos alunos é importante para mostrar a importância da socialização dos mesmos.

É fundamental que o aluno esteja na sala de aula com outros da mesma faixa etária, por isso é importante frequentar a escola desde a Educação Infantil. Assim, a possibilidade de desenvolver as suas competências é maior, podendo acompanhar, de acordo com suas limitações, a turma. Salas superlotadas são as

verdadeiras “inimigas” da inclusão, pois não permite que o professor atenda o aluno de forma adequada e objetiva.

No que diz respeito à avaliação, deve ser elaborada de forma diferenciada e de acordo com a capacidade e progresso de cada aluno especial e aplicada no mesmo dia em que os demais forem avaliados. Assim, vai sentir-se “igual”. Demonstrar que acredita no potencial do aluno o deixa muito feliz e com a autoestima elevada. Por meio das atividades aplicadas, ele observará que o professor confia na sua capacidade intelectual. Como equipe, estar sempre atentos às recaídas e insucessos para comunicar a família e se possível um replanejamento para aperfeiçoar as práticas pedagógicas.

Atividades lúdicas devem fazer parte da prática pedagógica, porém é preciso planejamento, seleção dos jogos e do material a ser explorado de acordo com a necessidade educacional de cada aluno fazendo as intervenções necessárias, além de outros recursos e estratégias, como:

- Para desenvolver o raciocínio lógico: ábaco de argolas, tangram imantado, régua de madeira adaptada, separador para material dourado, correspondência;
- Para trabalhar leitura e escrita: livro de texturas, caderno de madeira, caderno de elástico, abecedário lavável, bingo de palavras e letras, quadro agarradinho, suporte para lápis (Fonte: Laboratório de Educação Especial “Prof. Ernani Vidon”, Unesp, Marília, SP) dentre outros. Indico como sugestão o NEC – Secretaria de Educação Especial – Portal de Ajudas Técnicas que apresenta indicações a respeito assunto.

A sondagem psicomotora é importante antes de aplicar qualquer atividade. Saber como o aluno se locomove, quais as suas limitações, observar como manuseia os materiais escolares, quais as suas dificuldades em utilizá-los para possíveis adaptações e treinamento.

É importante que todos queiram evoluir neste processo para que o mesmo seja eficaz e satisfatório. Saber ouvir e valorizar os sentimentos de seu aluno, dialogando sempre, abrirá novos caminhos para temas geradores para o aprendizado, pois o diálogo é o eixo para o processo ensino/aprendizagem.

Freire (1996, p. 113 - 119) defende acerca disso quando diz:

[...] o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele [...] é nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, aprendo a falar com ele.

Valorizar a palavra do aluno significa legitimar sua cultura, seus valores, sua forma de interpretar a vida e se inserir no mundo. É necessário que a instituição escolar siga um padrão de inclusão, visando o aperfeiçoamento atitudinal nos interesses e anseios dos alunos “especiais”, elaborando e reelaborando conteúdos flexíveis de maneira a consolidar os objetivos traçados.

Não existe método ou prática correta para a educação inclusiva, mas há métodos e práticas a serem revisadas a todo o momento, essa postura é o que fará a diferença nesse processo educacional. Assim diz Belisário (apud CUNHA; PIRES, 2007, p. 93):

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas /aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral.

Como de fato, esse é o caminho para a inclusão: iniciar com um currículo e adaptá-lo de maneira significativa, visando sempre o aprendizado do aluno, porém proporcionar condições de trabalho favoráveis para o “novo” acontecer.

Devido à legislação vigente com relação à educação inclusiva, as instituições escolares recebem os alunos com necessidades especiais e se obrigam em promover ações e processos de mudanças visando o acesso e a permanência desses alunos nas escolas regulares, embora não estejam preparadas para esse ingresso. É importante salientar que independente de necessidades especiais essas crianças possuem as mesmas necessidades básicas que as outras ditas “normais”, que são afeto, atenção, proteção, desejos e sentimentos.

Sendo a escola um ambiente que possibilita a construção do conhecimento é o lugar que potencializa a prática pedagógica proporcionando o aprendizado e trabalhando as diferenças com metodologias e ações que se adaptam a todo

momento.

Diante desse fato, Rodrigues (2006, p. 305) afirma:

Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos.

As estratégias e recursos de ensino, utilizados por cada professor devem levar em conta a singularidade do aluno de maneira prática, criativa, reflexiva e responsável. A comunicação na sala de aula deve fluir de forma a promover um trabalho mais eficaz, confortável e prazeroso.

A inclusão é tarefa desafiadora, principalmente para o professor, que é o sujeito direto no desenvolvimento escolar da criança, pois é com ele que passa a maior parte do seu tempo no ambiente escolar. Pode acontecer que em uma mesma sala de aula exista mais de uma criança com alguma necessidade especial e o professor é instigado a aplicar atividades também diferenciadas para esses alunos voltadas para a construção de valores, autonomia, identidade pessoal e desenvolvimento de habilidades. É onde o processo de inclusão abre espaço para a inalterabilidade de métodos e práticas, pois o professor, na maioria dos casos, não está qualificado e nem preparado para trabalhar e atender as necessidades e peculiaridades dos alunos.

Segundo Denari (2006, p. 36):

[...] Para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideradas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente.

Assim, o corpo docente acumulará mais experiência para trabalhar com o aluno especial. Além disso, todos (equipe pedagógica, instituição escolar, sociedade e família) devem mudar respeitar os seus direitos e limitações. A partir do momento

em que a criança é incluída em uma instituição escolar, deve-se primeiro entendê-lo, observar o seu desempenho, para que o professor possa trabalhar de maneira segura os conteúdos desenvolvidos com a turma. Apostar no aluno o faz sentir importante, desfiá-lo é mais do que dar-lhe uma oportunidade, é acreditar no seu potencial e estimular a sua autoestima.

Para que o trabalho de inclusão alcance os resultados esperados, a criança deve ser incluída desde o primeiro nível de ensino para que tenha mais chances de aprimorar suas aptidões, pois a educação é um processo contínuo e permanente. Quanto à instituição, deve ter o cuidado em receber esses alunos, quais as suas deficiências e quais professores estão melhor preparados para atendê-los, além de buscar, junto aos órgãos públicos, meios para habilitar da forma mais adequada, os professores.

Além disso, Mantoan (2006, p. 64), complementa:

Para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante à criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. Nestes termos a acessibilidade deve ser assegurada nos seguintes aspectos: mediante à eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação. Incluem-se também, as instalações, equipamentos, mobiliários, nos transportes escolares, nas barreiras nas comunicações e informações.

Com relação às modificações é preciso planejamento para que as mesmas aconteçam de fato. É necessário que haja disposição e comprometimento para superar todos os obstáculos e desafios que irão surgindo durante cada ano letivo levando adiante propostas pedagógicas que de fato avancem no processo de inclusão.

## 2.1 USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS COMO PRÁTICA INCLUSIVA

Atualmente, a prática inclusiva/tecnológica existente nas escolas regulares são os recursos tecnológicos, denominados Tecnologias Assistivas que contribuem para proporcionar flexibilidade aos alunos com dificuldades e/ou especiais. Essas

tecnologias estão em pleno desenvolvimento e foram agrupadas em categorias: acessibilidade física, acessibilidade ao computador, acessibilidade à internet, apoio educativo e comunicação. Cada uma delas oferece recursos diversos que podem e devem ser usados pela escola para facilitar no processo ensino/aprendizagem.

Schirmer et al, (2007, p. 31) assim define Tecnologia Assistiva:

Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiências e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão.

Esses recursos vão desde uma simples bengala, um par de óculos, cadeiras de rodas, até complexos sistemas computadorizados que permitem o controle do ambiente ou até a própria expressão do indivíduo. A Tecnologia Assistiva auxilia o educando na evolução das suas habilidades, proporcionando maior integração com o grupo, mais independência, qualidade de vida e inclusão social.

Mantoan (mimeo, 2005) complementa:

O desenvolvimento de projetos e estudos que resultam em aplicações de natureza reabilitacional tratam de incapacidades específicas. Servem para compensar dificuldades de adaptação, cobrindo déficits de visão, audição, mobilidade, compreensão. Assim sendo, tais aplicações, na maioria das vezes, conseguem reduzir as incapacidades, atenuar os déficits: Fazem falar, andar, ouvir, ver, aprender. Mas tudo isto só não basta. O que é o falar sem o ensejo e o desejo de nos comunicarmos uns com os outros? O que é o andar se não podemos traçar nossos próprios caminhos, para buscar o que desejamos, para explorar o mundo que nos cerca? O que é o aprender sem uma visão crítica, sem viver a aventura fantástica da construção do conhecimento? E criar, aplicar o que sabemos, sem as amarras dos treinos e dos condicionamentos? Daí a necessidade de um encontro da tecnologia com a educação, entre duas áreas que se propõem a integrar seus propósitos e conhecimentos, buscando complementos uma na outra.

É através da Tecnologia Assistiva que os alunos encontram maiores condições de avançar no processo ensino/aprendizagem, aumentando seus anseios e mostrar que têm capacidades que precisam ser acompanhadas e aperfeiçoadas.

Ao adaptar um material escolar em sala de aula proporcionando um melhor

atendimento ao seu aluno especial, o professor está buscando alternativas para solucionar um problema que surge no contexto escolar, seja qual for a sua deficiência. Através dele, adquire mais independência desde as atividades rotineiras, como tomar banho, se alimentar, vestir e calçar meias e sapatos e posteriormente, adentrar à vida profissional. Auxiliam e contribuem para que o indivíduo adquira mais autonomia, independência e liberdade de expressão na sua vida diária.

Existem alguns aplicativos que favorecem e auxiliam a vida do portador de deficiência, como os softwares educacionais. Eles funcionam como recursos informáticos projetados com a função de facilitar o processo ensino/aprendizagem coletiva, desenvolvendo a colaboração entre os alunos e educadores, além de facilitar a alfabetização por meio de raciocínio lógico, abstrato e outros processos cognitivos. Todo aluno tem capacidades e pode aprender, isso depende não só da equipe pedagógica, mas também do professor que irá colocá-lo em prática e do aluno que precisa querer aprender e vencer as dificuldades. Deve existir harmonia entre os sujeitos envolvidos de maneira coletiva, visando sempre a aprendizagem do aluno.

Assim, Sá, Campos e Silva (2007, p. 26) propõem:

[...] recursos tecnológicos e jogos pedagógicos contribuem para que as situações de aprendizagem sejam mais agradáveis e motivadores em um ambiente de cooperação e reconhecimento às diferenças. Aliado às tecnologias assistivas, faz-se necessário uma flexibilização curricular, uma formação continuada em recursos humanos, comprometimento do estado, entre outros.

Articular sobre a Tecnologia Assistiva é falar de superação do indivíduo, pois é um recurso onde ele poderá aperfeiçoar suas habilidades para possivelmente entrar no mercado de trabalho. Apesar do preconceito, poderá superar obstáculos com força de vontade, destreza e persuasão. Para facilitar o aprendizado do aluno, o professor deve dominar os recursos e saber qual a sua função e objetivos para, então, aplicá-los de maneira correta, pois favorecem o aprendizado de uma maneira geral, tanto os que têm dificuldades, quanto aqueles que não as apresentam.

Vale ressaltar que qualquer prática bem exercida culminará em resultados positivos. Se a criança tem acesso a esses recursos, porém não tem alguém



capacitado para auxiliá-lo, não atenderá a sua necessidade, pois uma vez utilizado sem objetivo não garantirá o aprendizado do aluno. Os recursos assistivos são apenas meios para uma educação “diferente”, de qualidade e que precisam ser explorados. Infelizmente, por se tratar de recursos com elevado custo, as escolas não dispõem em grande quantidade. Há necessidade de maior investimento material e profissional para que sejam utilizados com resultados gratificantes.

Quando abordamos o tema “deficiência”, surge o entendimento de que é toda ela é igual, mas há diversidades, cujas particularidades exigem formação técnica dos profissionais envolvidos para exercê-la.

Zulian (2002) descreve o perfil do professor inclusivo da seguinte forma:

Quando o professor tem alguma formação voltada para a educação da criança com deficiência, essa capacitação está no âmbito da educação especial, ou seja, ele é especializado em Deficiência Intelectual, Visual, Auditiva, entre outras, e não considera as diferentes possibilidades e dificuldades, independentemente da patologia. O professor preparado para a inclusão deveria ser o professor capacitado para diferentes estratégias pedagógicas, possíveis de serem aplicadas com diferentes alunos, independentemente de a criança ser deficiente ou não (ZULIAN. 2002, p.15).

Conhecer o aluno é primordial para o desenvolvimento do trabalho pedagógico: peculiaridades, anomalias, anseios, dentre outros. Além disso, é fundamental buscar conhecimento para entender e manusear o objeto a ser trabalhado com o aluno com desenvoltura, e para isso é necessário um treinamento/capacitação dos profissionais a fim de obter bons resultados.

Diante dessa perspectiva, a LDB determina em seu capítulo V, Art. 59, inciso III:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (Brasil, 1996)

Portanto, o trabalho do professor é direcionado ao seu próprio crescimento e principalmente no desenvolvimento do alunado, estimulando-o e possibilitando condições favoráveis em relação aos interesses e necessidades dos alunos. Não

podemos deixar de confirmar o importante papel da família desde a vida escolar da criança até ingressar no mercado de trabalho. Na maioria das vezes acabam atrapalhando por ser super protetora podendo qualquer iniciativa do indivíduo em relação a decisões que poderão mudar sua vida rotineira e tornar-se mais independente.

### **3 METODOLOGIA, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.<sup>a</sup> Ericina Macedo Pagiola, situada à Rua LuiggiMusso, s/n – Bairro Bela Vista – Ibirapu/ES, pelos valores que agrega amplamente na comunidade. A metodologia proposta para a pesquisa é o Estudo de Caso de caráter qualitativo, que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado. Também inclui a pesquisa bibliográfica com o intuito de aprofundar estudo relacionado ao tema/problema desta investigação. A pesquisa qualitativa instiga determinado grupo a pensar e expor suas ideias em relação a algum tema, objeto ou conceito. O pesquisador amplia seus conceitos e entendimentos a partir dos dados coletados e/ou produzidos.

Para coletar as informações, aplicamos um questionário aos professores que atuam na escola com questões abertas e fechadas a fim de colher dados que tragam subsídios para o fechamento da pesquisa em questão. De acordo com Gil (2002, p.115), questionário significa “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisador [...]” e por isso “[...] apresentará sempre algumas limitações [...].” No entanto, apesar das limitações o questionário é um método favorável para obter informações.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em contatar a instituição para expor e combinar os procedimentos e intenções da pesquisa e do pesquisador; a segunda previu a realização de um encontro/reunião com os professores para a aplicação do questionário de acordo com as suas disponibilidades de tempo/horários. Nesse segundo momento organizamos dois grupos distintos para apresentar o objetivo da pesquisa, bem como a sua importância e em seguida e individualmente, o questionário foi respondido. As respostas foram analisadas e articuladas com os elementos teóricos que fundamentam a pesquisa; e num diálogo entre teoria e prática, apresentamos o resultado desse processo de investigação.

### 3.1 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Dos professores que participaram da pesquisa, dez são formados em Pedagogia com pós-graduação na área de Educação; dois são formados em Educação Física e um que, além da graduação em Pedagogia e pós-graduação na área de Educação, também tem curso de Informática. Desse elenco, somente dez professores responderam o questionário por escrito, embora, de forma geral, todos participaram oralmente manifestando suas opiniões sobre a abordagem solicitada. A duração da entrevista foi de aproximadamente duas horas, pois houve necessidade de introduzir sobre o assunto para que os participantes pudessem inteirar-se dele e sentir-se à vontade para expor suas ideias. Os nomes dos professores foram omitidos para preservar a sua identidade e estão identificados pela letra “P” seguido de numerais.

Para a coleta de dados foi organizado um roteiro com nove perguntas que se definem nos seguintes aspectos:

- Conceito de educação inclusiva e suas expectativas em relação ao aluno “especial”;
- Expectativas em relação à Inclusão e as deficiências encontradas em sala de aula;
- Avaliação da formação, prática pedagógica e as dificuldades encontradas diante da Inclusão.

Após a coleta de dados, as informações obtidas foram analisadas, visto que, mesmo os professores que não possuem alunos especiais sentiram a necessidade de “desabafar” expondo suas indignações a respeito da inclusão, a qual deveria ser tratada com mais atenção e respeito por todas as instâncias. Sobre os conceitos de Educação Inclusiva e expectativas em relação ao aluno “especial” buscamos analisar o entendimento de cada entrevistado em relação à educação inclusiva e a prática pedagógica face às dificuldades de trabalho encontradas no cotidiano escolar.

P1 relata:

A inclusão é a realidade em todos os ambientes da sociedade. A Educação Inclusive vem para ajudar a garantir os direitos aos

portadores de necessidades educativas especiais no que diz respeito à educação, saúde e tratamento igualitário.

Em sua fala, o P1 sustenta a necessidade de um olhar mais atento para essa realidade e conhecer o verdadeiro propósito da educação inclusiva, sobretudo o que determina a Lei 10.048 de 08/11/2000 na perspectiva de uma prática pedagógica responsável.

P2: “Crianças com deficiências incluídas no Ensino Regular. Elas têm o direito de frequentar a escola junto com os outros alunos”. A afirmação do P2 confirma o que dispões na LDB em seu Artigo 59, Parágrafo Único:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A manifestação dos participantes demonstra que entendem de forma superficial e/ou parcial do significado de Educação Inclusiva. Frequentar a escola, incluir o aluno na sala regular, não basta, o que falta é o real direito do educando sentir-se igual aos demais nos direitos, deveres, habilidades e professores com formação adequada para trabalhar com mais segurança e determinação. Dos 13 professores somente dois já participaram de capacitações relacionadas à Educação Inclusiva.

Com relação às expectativas em relação ao aluno incluso demonstraram frustração em suas respostas:

Me sinto frustrada por não conseguir atender as necessidades adequadas do aluno (P3); como vou trabalhar com ele e com os outros e conseguir atender as suas necessidades? (P4); acolher e trabalhar atividades diferenciadas não vai ser fácil, mesmo tendo curso de Educação Inclusiva. (P5).

Quando um professor é comunicado que vai receber um aluno especial, segundo os entrevistados, o primeiro sentimento é de ansiedade e frustração por não saber

como lidar com esse aluno – “como dar conta” da turma e mais um aluno com necessidade especial sem nenhuma preparação? ...

O acolhimento por si só não é suficiente. O aluno com necessidades educacionais especiais requer condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. A escola, para possibilitar essas diferentes presenças gera sempre foi um desafio, visto que, está sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização. Dessa forma, o P6 resume muito bem a inclusão, visto a sua experiência “Infelizmente a inclusão não funciona na realidade, pois nós professores, não temos nenhuma preparação para lidar com esse desafio em sala de aula e os “cuidadores” menos ainda. ”

P7 retrata o seu sentimento:

O meu sentimento é de impotência quando percebo que tenho um aluno especial porque infelizmente a inclusão serve para inserir a criança especial no ensino normal e o professor é que se “vira” porque algumas coisas são além das nossas capacidades.

Numa preocupação sobre o tema aqui elencado, chamamos a atenção para a questão do direito constitucional da criança e que esse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema.

Com relação às expectativas em relação à Inclusão e as deficiências encontradas em sala de aula este questionamento buscou ouvir os posicionamentos dos professores e questionar suas expectativas, então P7 assim manifestou-se: “Procurar trabalhar com material didático porque são várias as deficiências como Síndrome de Down, hiperativo, entre outras”.

Já P8 demonstra insatisfação quando responde:

Infelizmente quase nenhuma, pois necessito de melhorias no estado físico da escola e nas minhas condições psicológicas e conhecimento do assunto. São várias as deficiências que encontramos na sala de aula (deficiência física, visual e intelectual autismo) e não somos “preparadas” para trabalhar com esses alunos.

Diante disso MITTLER (2003, p. 16) confirma:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

Com relação à formação docente, a prática pedagógica e as dificuldades encontradas diante da inclusão, buscamos nos inteirar como ocorrem as possíveis mudanças para tornar as dificuldades encontradas em caminhos para um novo olhar em relação à Educação Inclusiva. É de se registrar que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado.

Para posicionar-se diante desta temática P9 apresentou o seguinte argumento:

Não é suficiente porque a prática necessária é muito diferente. É necessário todo o apoio psicológico, financeiro, capacitação com profissionais necessários para cada área para nos ajudar e que a família tenha compromisso também.

A resposta do P9 mostra a realidade da Educação Inclusiva: falta de apoio das políticas públicas para a efetivação de uma educação de qualidade para todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais.

O P10 concorda com a afirmação do colega, reafirmando o seu posicionamento:

Não é suficiente, mas também as capacitações não ajudam muito, às vezes a prática é diferente. Precisamos ter conhecimento sobre as deficiências, recebermos os laudos das crianças para entender um pouco (nem sempre chega em nossas mãos). A equipe pedagógica (diretor, pedagogo, professores e outros) deveriam estar comprometidos em ajudar com planejamentos e atividades necessárias. É necessário local apropriado, materiais, recursos financeiros, apoio ao professor, cuidador, capacitações para todos os funcionários da escola.

É muito importante o professor ter conhecimento da deficiência que o seu aluno apresenta, para, a partir dessa, aplicar diferentes métodos em sua prática pedagógica com apoio de toda equipe escolar. Nesse sentido, direcionamos

nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo.

De forma geral, os professores entendem que a Educação Inclusiva precisa de mudanças, principalmente no que diz respeito à formação dos professores. Sentem-se incomodados por não saber como trabalhar com essas crianças, cujas famílias depositam confiança no seu desempenho. Mostrou também que os métodos utilizados não são suficientes e acabam prejudicando o desenvolvimento do aluno no processo ensino/aprendizagem.



#### 4 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “PROFESSORA ERICINA MACEDO PAGIOLA” – IBIRAÇÚ/ES

A escola pesquisada tem boa estrutura física e grande visibilidade na cidade pela relevância dos serviços educacionais prestados à comunidade. Apesar de não carregar vestígios de ostentação é referência e está situada em local de fácil acesso.



Fotografia 1: EMEF “Professora Ericina Macedo Pagiola.  
Fonte: <http://maps.googleapis.com>



Fotografia 2: EMEF “Professora Ericina Macedo Pagiola – lateralidade.  
Fonte: [Fonte: http://maps.googleapis.com](http://maps.googleapis.com)

A primeira Escola Municipal de Ensino Fundamental “Professora Ericina Macedo Pagiola”, foi construída à Rua Gerônimo Santuzzi, s/nº, Bairro Cohab no município

de Ibirapu. Criada pela Portaria nº 855 de 24/08/1977, durante o mandato do Excelentíssimo Prefeito Municipal Sebastião Loureiro, com a finalidade de atender crianças de 1ª a 4ª série. A clientela inicial totalizava um número de oitenta e sete alunos. Recebeu esse nome em homenagem à professora Ericina Macedo Pagiola que sempre se dedicou à educação de Ibirapu desenvolvendo várias atividades educacionais ao longo de sua vida profissional. Além de atuar como professora ocupou o cargo de diretora em três escolas distintas. A professora Ericina nasceu em Cachoeiro de Itapemirim-ES aos 06 de junho de 1909, filha de José de Souza Macedo e Rosa Macedo. Estudou o curso primário e secundário no Colégio “Nossa Senhora Auxiliadora” em Vitória/ES. Chegou à Vila Pau Gigante, atualmente Ibirapu, em 1928. A referida professora, primeira Diretora da Escola de “Primeiro Grau Francisco Santos”, lecionou no Ginásio Escola Normal “Nossa Senhora da Saúde” e Escola Comercial “José Simionato” Considerada cidadã Ibirapucense pela Lei Municipal nº 667 em 16 de setembro de 1977, faleceu aos 70 anos de idade em 17 de setembro de 1979, em Ibirapu.

Com o passar dos anos, a escola se tornou pequena para atender a demanda de alunos e foi necessária a construção de uma nova sede. A atual escola foi inaugurada em 2000 durante o mandato do Prefeito Municipal Sebastião Matiuzzi em novo endereço: Rua Luigi Musso, s/nº, Bairro Bela Vista. Sua estrutura física é constituída em dois andares, sendo que o primeiro andar divide-se em três salas de aula, uma sala de informática, uma cozinha, um banheiro masculino, um banheiro feminino, um banheiro para funcionários, uma secretaria que também funciona como sala da diretora, uma cozinha, um refeitório e um pátio. O segundo andar divide-se em duas salas de aula, um banheiro masculino e um feminino e uma sala para planejamentos. O acesso para o segundo andar é através de escadas, sem opção de rampas. A escola possui um laboratório de informática, onde os alunos têm atendimento com uma professora uma vez por semana para aplicar atividades integradas às desenvolvidas nas aulas. Os materiais pedagógicos (que são insuficientes para atender à demanda de alunos) ficam no andar superior para acesso dos profissionais que necessitam trabalhar com os alunos especiais com o auxílio de uma estagiária. Frequentam a escola crianças de 06 a 11 anos, num total de 223 alunos em dois turnos (matutino e vespertino), nos horários: 7:00 às 11:30h e de 13:00h às 17:20 h.

Atualmente, nesta escola, trabalham 13 professores que atendem 223 alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, distribuídos em dez turmas com atendimento nos turnos matutino e vespertino. Há uma professora formada em Pedagogia e habilitada em Informática; 2 professores formados em Educação Física, e os dez restantes são formados em Pedagogia. Todos têm curso de pós-graduação (especialistas) além de cursos de capacitação oferecidos pelo município de Ibiracú, e outros cursos avulsos em Alfabetização, Letramento e Educação Infantil. Dos treze professores, seis têm de um a dois alunos com necessidade especial, incluindo os de Educação Física e Informática. A experiência adquirida em relação à educação inclusiva está na prática que varia de quatro a seis anos, o que depende da demanda de alunos especiais a cada ano.

A escola, objeto da presente pesquisa destacou-se no Estado do Espírito Santo com o maior índice no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) tendo alcançado 6,3 pontos, sendo esse índice previsto como meta projetada para o ano de 2021. Também é reconhecida pelo ensino de qualidade que desenvolve, pela ética e pelo compromisso da equipe escolar, de acordo com informações do dirigente da referida escola.

#### 4.1 A INCLUSÃO NO COTIDIANO DA EMEF “PROFESSORA ERICINA MACEDO PAGIOLA”

A inclusão é uma oportunidade que o indivíduo com necessidade especial tem de ser visto como um ser “normal” dentro da sociedade e no ambiente escolar com direitos e deveres.

Então, como promover a educação inclusiva para que todos, independentemente das suas deficiências, tenham os mesmos direitos e recebam todos os ensinamentos que a escola pode proporcionar? É necessário refletirmos sobre as mudanças educacionais inclusivas. E o que se entende por inclusão e pelas singularidades de cada indivíduo? Repensar sobre o atendimento que “eu”, enquanto instituição, gestor, professor estou proporcionando ao meu aluno. O material didático utilizado é apropriado e suficiente para as na escola? O sistema de ensino da minha escola é integrado? Partindo desses questionamentos e

outros que surgirão diante da prática educacional, a inclusão passa a ser vista com outros olhos e melhor entendida por aqueles que atuam na educação.

A escola ora pesquisada tem, no atual contexto, 04 alunos que apresentam deficiência intelectual: limitações no funcionamento intelectual, no comportamento adaptativo, nas habilidades conceituais, sociais e práticas do cotidiano, sendo que somente dois desses alunos têm um profissional de apoio, que, no caso, é uma cuidadora, que, normalmente, tem o segundo grau completo e executa as atividades diferenciadas propostas pelo(a) professor(a) regente, remunerado(a) pela Prefeitura Municipal de Ibiráçu. Esses alunos também são atendidos no contra turno no AEE (Atendimento Especializado Educacional) na Associação Pestalozzi de Ibiráçu.

Dentre os alunos especiais, dois deles (H e D) são portadores de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) que está relacionada a causas genéticas. Aparece na infância e não tem cura, porém há tratamento com o uso de remédios e acompanhamentos neurológicos. Caracteriza-se principalmente pela inquietação e impulsividade. O primeiro tem oito anos, cursa o terceiro ano e frequenta a escola há três anos no turno matutino. O segundo tem onze anos, cursa o quinto ano e frequenta a escola há dois anos no turno vespertino.

Os outros dois alunos (M e L) são portadores de Paralisia Cerebral Quadriplágica Espástica, que se constitui num distúrbio que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro afetando o movimento e a postura e Síndrome de Down, também chamada de Trissomia do Cromossomo 21. As crianças que nascem com Síndrome de Down têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, que é o normal na maioria da população. Ambos frequentam a escola há três anos. O primeiro tem dez anos e está matriculado no terceiro ano no turno vespertino. O segundo tem nove anos e frequenta a escola há três anos no turno matutino. As famílias estão presentes na educação dos filhos, comparecem às reuniões e dialoga com a escola sempre que são convidadas. A maioria desses alunos demonstra assiduidade e rendimento satisfatório de aprendizagem, sendo que alguns apresentam comportamentos indisciplinados (conforme as normas da escola) e desinteresse pelas atividades propostas em sala de aula ou para casa. É inegável que o professor é uma referência importante na vida dos seus alunos,

portanto ele pode colaborar com seu crescimento de forma positiva ou negativa. No ambiente escolar é possível conseguir bons resultados se o professor ouvir, procurar entender e dialogar de maneira acolhedora, segura e responsável com os seus alunos.

Sabemos da grande importância de uma instituição escolar em um município, pois é a partir dela que a sociedade é preparada e também onde há trocas de experiências e, por esses motivos passa a ser o ambiente mais importante na vida da comunidade, depois da família. A escola ora referida está continuamente participando de campanhas e projetos que auxiliam o crescimento de todos, como: a campanha “Nota Fiscal – Exercício de Cidadania”, com o objetivo de conscientizar os comerciantes da importância da emissão desse documento; Documentário do canal Futura com o nome “Destino: Educação Brasil”, onde os moradores puderam apreciar a exibição da série documental em telão que foi colocado na Praça Saudável do bairro Cohab, cujo estudante Thiago (11 anos) da escola mencionada foi o personagem principal do documentário. O programa foi de suma importância para expor a evolução educacional que o município vem desenvolvendo. Há também o Desfile Cívico em que a comunidade e moradores do entorno prestigiam todos os anos com organização singular, onde se apresenta a Banda Marcial do Município, além das escolas municipais e estaduais. No desfile é retratado as origens do município e seus acontecimentos até os dias atuais. Por ser um município pequeno, não têm muitas atrações, porém é sempre prestigiado por todos.

#### 4.2 CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE IBIRAÇU

Ibiraçu é um município brasileiro do Estado do Espírito Santo. Localiza-se a cerca de 50 km (em linha reta), ao norte da capital do estado, atravessado pela EFVM (ferrovia brasileira que interliga a Região Metropolitana de Vitória, no Espírito Santo, a Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais) e pela BR-101. É conhecido por suas lanchonetes à beira da estrada, que servem os tradicionais pastéis e caldo de cana, dentre elas a Parada Ibiraçu, fundada no ano de 1986 com o objetivo de oferecer lanches rápidos e saborosos aos motoristas e turistas que trafegam pela BR-101, conquistando o público e tornando-se uma tradição no

segmento de pastelaria e lanchonete, e o Califórnia (restaurante e lanchonete) foi fundado no ano de 1960 pelo Senhor Gilberto Rosalém, com a missão de oferecer com qualidade o que há de melhor em produtos e serviços, proporcionando satisfação e crescimento aos clientes e colaboradores, visando ser o melhor em produtos e serviços oferecidos, garantido que os clientes voltem em busca de boa alimentação, serviço atencioso e lugar agradável. Ao todo são duas mil e quinhentas pessoas que visitam a lanchonete Califórnia diariamente. Nos dias atuais, as lojas são gerenciadas pelos filhos, que dão continuidade àquele trabalho do Senhor Gilberto Rosalém.

De acordo com a estimativa populacional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2014, Ibirapu tem 12.242 habitantes, ocupando o posto de 57º município mais populoso do estado. A principal fonte de renda de Ibirapu, depois da produção do café, é o comércio de caldo de cana e pastel (dos mais variados sabores). A comercialização de pão com linguiça, salgados e refrigerantes é uma importante atividade econômica, embora sempre atrelada às pastelarias.

Para atender a comunidade, o município conta com duas escolas municipais: uma atende à Educação Infantil e a outra o Ensino Fundamental. Ainda comporta a Escola Polivalente e a Escola Estadual, ambas atendem alunos do Ensino Fundamental e Médio.

São objetivos da Secretaria Municipal de Educação:

- Desenvolver atividades relacionadas à educação, ensino público; assistência e apoio ao educando;
- Selecionar, adotar e produzir tecnologias educacionais e material didático;
- Oferecer Educação Infantil e Fundamental; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Desenvolver atividades que garantam a universalização do acesso à educação no município;
- Desenvolver políticas no sentido de erradicar o analfabetismo;
- Estimular e desenvolver atividades relacionadas ao esporte e ao lazer no âmbito municipal;
- Estabelecer e implantar política de integração do esporte através da

criação de espaços esportivos comuns e de multiuso;

- Implantar ações, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento de atletas infanto-juvenis de alto rendimento; planejar;
- Implantar, coordenar e avaliar a política municipal das atividades de lazer; outras competências afins.

Dá para perceber que a municipalidade procura investir na educação de acordo com as possibilidades aplicando recursos oriundos de impostos e de repasses do MEC – Ministério de Educação e Cultura. E ainda registra, em seu Regimento Comum, aprovado pela CEE Nº 236/2000 de 11/12/2000 os Artigos 13 e 15 focados na educação que deixam transparecer o comprometimento com a sociedade local:

Art. 13 - A Educação tem como objetivo geral o desenvolvimento integral do educando em seus aspectos físico, intelectual e social, tornando-o um cidadão crítico, reflexivo, participativo e responsável, valorizando além do conhecimento, habilidades, atitudes e valores, preparando-o assim, para viver em sociedade.

Art. 15 - O ensino fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 09 (nove) anos, tem por objetivos:

I - proporcionar aprendizagens básicas ou instrumentais para acesso sistemático aos conhecimentos e participação efetiva da cultura, leitura, escrita e cálculo;

II - compreender as leis que regem a natureza e as relações sociais na sociedade contemporânea;

III - proporcionar aprendizagens, mudanças no comportamento individual, desenvolvimento da sociabilidade no convívio humano;

IV - proporcionar ao educando estudo da Língua Portuguesa e Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

V - promover o desenvolvimento cultural dos alunos e o desporto educacional;

VI - cultivar o sentimento de patriotismo e justiça, respeitando as diferenças culturais e sociais, crença, sexo, etnia e outros.

Se essas intenções registradas ou parte delas são aplicadas e desenvolvidas, há de se esperar ensino de qualidade, desenvolvimento local e dever cumprido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas “especiais” passou por um longo processo de avanços e recuos tendo em vista a não aceitação da sua presença na família, na escola e na sociedade, além da fragilidade dos diagnósticos e tratamentos que apontavam para essa integração.

Somente na década de 1970 a inclusão começou a ser vista de maneira diferente e inovadora, tendo a proposta de responsabilizar o sistema educacional de apresentar condições para gerar uma educação de qualidade aberta às mudanças para que possam atender as necessidades educacionais especiais dos alunos. A sociedade também compreendeu a necessidade de agregá-las e não mais escondê-las por ignorar as suas habilidades e possibilidades de aprendizagem.

Durante o percurso dessa investigação, buscamos a EMEF “Professora Ericina Macedo Pagiola” no município de Ibirajú-ES, a fim de verificar a formação dos professores e suas práticas pedagógicas em decorrência da inclusão de alunos especiais em busca da integração e dos conceitos apontados pelos professores regentes. O processo ensino/aprendizagem é viabilizado para essa clientela, apesar dos desafios e dificuldades encontradas, conforme a análise dos dados apresentados.

Em relação aos profissionais da EMEF “Professora Ericina Macedo Pagiola”, concluímos que os mesmos se sentem despreparados em relação à Educação Inclusiva, apesar de suas formações, pois as deficiências são muitas e a cada ano tem um aluno com deficiência e dificuldades diferentes. Embora recebam o apoio das famílias e da comunidade escolar, eles relatam que sentem que as práticas estão aquém das necessidades dos educandos.

A questão é que os professores encontram-se desmotivados devido às dificuldades que não são consideradas pelos seus superiores, sobrecarregando assim o desempenho profissional. A formação inicial oferecida não tem disciplina exclusiva para o tema “inclusão”, é algo superficial e bem distante da realidade em que se vive e não se tem um olhar amplo para a diversidade.

Durante os questionamentos dos professores, ficou claro que eles estão cientes da grande importância da Educação Inclusiva nas escolas regulares, porém



deixam transparecer os seus sentimentos de angústia quando se referem ao aluno especial, pois sentem-se inseguros no desenvolvimento das suas atividades.

A realidade existente nas salas de aula, em relação à Educação Inclusiva, nos faz entender que estamos distantes no que tange a uma educação responsável, uma vez que é preciso avançar mais nessa direção. Encontramos professores sentindo-se impotentes e despreparados para atender as necessidades desses alunos o que leva ao distanciamento entre as partes tornando a prática docente desafiadora e sem a devida qualidade.

Após a realização da análise dos dados, temos a certeza da necessidade da efetivação da Educação Inclusiva num futuro mais próximo com mudanças, reflexões e ações que contribuirão para o desenvolvimento e andamento deste processo. Considerando que nenhuma pesquisa pode ser considerada acabada, deixamos o tema em aberto para que outros pesquisadores se mostrem receptivos à sua continuidade.

As formações são oferecidas, porém não são suficientes para atender o público inclusivo, que por sua vez requer uma atenção diferenciada, cabe ao profissional da educação buscar conhecimentos além do que lhes é oferecido, instruir-se cada vez que sentir angustiado.

## SUGESTÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

A partir dos resultados da pesquisa, dialogarmos com a equipe da escola com o intuito de contribuir para o fortalecimento de iniciativas que possam surgir e/ou já estejam em andamento. A educação pode ser um dos caminhos para atitudes inovadoras e para propostas criativas assim como também o alicerce para a educação inclusiva gerando grandes temas para o desenvolvimento social sustentável, pois a partir da mesma pode abordar temas e ações que possam gerar melhor qualidade de vida.

Como professor mediador das ações contidas na Educação Inclusiva na instituição pesquisada, e por ser amplamente divulgado na mídia e que afeta o meio ambiente apresentamos, aos professores, sugestão de “proposta de atividades pedagógicas” sobre “Educação Ambiental”, com a finalidade de

desenvolver saberes, promover a integração e associar teoria e prática. Esse tema é atual, preocupante e de interesse de todos, face sua divulgação nos meios midiáticos atuais.

Sugestões:

- trabalhar questões ambientais incluindo os portadores de necessidades especiais, por ser um tema de fácil acesso e que faz parte do dia a dia das pessoas;
- enfatizar o referido tema com atividades artístico-literárias como desenho, músicas, poesias, recortes de revistas e jornais, comentários, redações, teatro, cartilhas, folhetos, cartazes e outros;
- organizar exposição dos trabalhos confeccionados, valorizando o desempenho dos alunos;
- promover um passeio no entorno da escola e/ou no município de acordo com o tema discutido, pois a deficiência não é uma barreira para o contato direto com a natureza;
- envolver a família em atividades práticas a fim de associar as experiências do dia-a-dia dos moradores;
- propor e desenvolver uma ação concreta na comunidade a partir das sugestões da comunidade escolar e sociedade civil.

São propostas que poderão ser pensadas e executadas e que irão enriquecer o trabalho pedagógico proporcionando aos alunos atividade que não fazem parte da rotina diária, além de estimular o envolvimento em tarefas cooperativas. Por outro lado, agrega à realidade contemporânea um caráter inovador: por sua capacidade de relacionar realidades, de mostrar a universalidade – embora com variações regionais – dos problemas socioambientais contemporâneos, além de alertar para a necessidade de promover mudanças efetivas que possibilitem melhor qualidade da vida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de; MARTINS, Ines de Oliveira Ramos. **Prática Pedagógica Inclusiva: a diferença como possibilidade**. Vitória, ES: GM, 2009.

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

CUNHA, Ana Rosimeri Araújo de; PIRES, RosiclerSchultze. **Do conhecimento do aluno à sua inclusão escolar**. In: ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). *Experiências educacionais inclusivas programa educação inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 15 – 23.

DENARI, F. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão**. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

DROUET, R.C.R. **Distúrbios de Aprendizagem**. São Paulo: Àtica, 1995.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial – Out/2005, nº 40.

FERREIRA, Windyz B. **Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular**. In: *Ensaio Pedagógico - Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática e educativa**. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra: 1996.

GALVÃO, Izabel. Henry Wallon. **Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. .

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LACERDA, C.B.F. de. **O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo**. Ver. Brás. Educ. especial, Marília, v. 13, nº 2, 2007, p. 257-280. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/scielo.php?sript=sciarttext&pid=s1413-65382007000200008&nrm=isso>>. Acesso em: 23/03/2016

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. São Paulo: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_, M. T. E. O direito de ser sendo diferente na escola. In: Rodrigues, D. (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2005.

\_\_\_\_\_, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. In: PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MORAIS, A.M.P. **Distúrbios da Aprendizagem**: Uma abordagem Psicopedagógica. 9.ed. São Paulo: Edicom, 2002.

PRIESTE Cláudia; RAIÇA Darci e MACHADO Maria Luiza G. **Dez Questões sobre a Educação Inclusiva da Pessoa com Deficiência Mental**. São Paulo: Avercamp, 2006

RAMALHO, B. L.; BELTRÁN NÚÑES, I. **Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 40, n. 26, p. 69 -96, jan./jun. 2011.

RAMSEY, P.G.(1987). **Teaching and learning in a diverse world**: multicultural education for young children. Nova York: Teachers College Press. Em Susan Stainback e William Stainback (org.). **Inclusão** : um guia para educadores: trad. Magda França Lopes, (p.289). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Inclusão e educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006, p. 229-318.

\_\_\_\_\_, D (org.). **Inclusão e educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, pp.299- 318, 2006.

SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de e SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência visual**. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

SANTOS - LIMA, H.T. **Investigação dos processos de aprendizagem**: contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais. Brasília, 2008. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão** – Construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SCHIRMEER, C. R. et al. **Atendimento especializado**: deficiência física. Brasília, DF: Cromos, 2007.

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

ZOÍÁ, A. **Todos iguais, todos desiguais**. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). Educação: diversidade e inclusão em debate. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.

ZULIAN, M. A. R. **Formação de professores da escola regular para receber criança portadora de necessidades motoras especiais**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Campinas, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA À EMEF.  
“PROFESSORA ERICINA MACEDO PAGIOLA”**

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**

Ibiraçu, \_\_\_\_\_ se \_\_\_\_\_ de 2016

Prezada Diretora,

Eu, Rosilene dos Santos Pereira, aluna do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, pela Faculdade Vale do Cricaré, solicito vossa autorização para realizar uma pesquisa com os professores nesta renomada escola, que será utilizada como fonte para elaboração da dissertação, cujo tema é: Formação do Professor Regente: Desafios na Educação Inclusiva. Todos os dados serão tratados com ética e compromisso, somente sendo utilizados para fins acadêmicos.

Atenciosamente,

---

Rosilene dos Santos Pereira

**APÊNDICE B – Questionário**

QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO PELOS PROFESSORES DA ESCOLA ONDE SERÁ REALIZADA A PESQUISA DE CAMPO

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Leciona há: \_\_\_\_\_ anos

1) O que você entende por Educação Inclusiva?

---

---

2) Você possui alguma formação específica para atuar com a Educação Inclusiva?

---

3) Quais a sua reação ao receber um aluno com necessidade especial?

( ) satisfeito ( ) temeroso ( ) preocupado ( ) consciente

4) Quais as suas expectativas em relação à Educação Inclusiva?

---

---

5) Quais deficiências mais comuns que você encontra em sala de aula?

---

---

6) Quais as suas dificuldades em trabalhar com a Educação Inclusiva?

( ) falta de formação ( ) falta de recursos na escola

( ) falta de apoio da comunidade escolar ( ) falta de apoio da família

7) Você acha que a sua formação é suficiente para atender e trabalhar



com a inclusão?

sim

não

Justifique

---

---

---

8) Em sua opinião, o que é necessário para a inclusão realmente acontecer?

---

---

9) Você tem alguma sugestão e/ou contribuição facilitadora para trabalhar com a inclusão?

---

---